

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

**UMA PRIORIDADE
PARA SEMPRE**

ROSÁRIO OLIVEIRA

**«LOCCIMETRO»:
UMA METÁFORA
PARA A REINVENÇÃO
DO LUGAR**

MARIE-CHRISTINE LABOURDETTE

**MUSEUS
SUSTENTÁVEIS –
MUSEUS DO AMANHÃ:
PERSPETIVAS
DE FUTURO**

ANNE GRADY/LÚCIA SALDANHA

**TURISMO CULTURAL
SUSTENTÁVEL:
NÃO SEPARAR O
QUE É INSEPARÁVEL**

REP



PAULO PEREIRA

**ARQUITETURAS
MARGINADAS II:
O MEU «COMBOIO
ELÉTRICO»**



JOÃO PAULO MARTINS

**PATRIMÓNIO MÓVEL
CONTEMPORÂNEO:
(RE)CONHECIMENTO
E SALVAGUARDA**

ÂNGELA MELO

**AS FACHADAS DO
TEATRO NACIONAL
DE SÃO JOÃO,
NO PORTO**



**REVISTA
PATRIMÓNIO
NÚMERO SEIS
NOV. 2019**

15€

GUILHERME MACHADO VAZ

**A RECUPERAÇÃO
DO EDIFÍCIO
DA REAL VINÍCOLA
EM MATOSINHOS**



Nós não herdámos a Terra dos nossos antepassados, tomámo-la de empréstimo às gerações futuras. Foi com esta frase que Antoine de Saint-Exupéry bem sintetizou como deveria ser o posicionamento humano face aos recursos globais do planeta. Sendo a sustentabilidade um tema urgente e transversal, todos os nossos esforços para salvaguardar, valorizar e transmitir o património cultural serão em vão se não forem asseguradas as condições da sua continuidade, dependentes de múltiplos fatores que lhe são externos. A sustentabilidade sugere a qualidade em detrimento da quantidade, favorece a reutilização e a reciclagem, tenciona suprir as necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras, não esgotando os recursos para o futuro. A sustentabilidade na salvaguarda do património exige a sua desvinculação da sua condição de mercadoria e ao mesmo tempo o reconhecimento das múltiplas perspetivas na sua abordagem, holística e integrada. O património cultural é indissociável dos enormes desafios com que as sociedades hoje se confrontam, desde as alterações climáticas, à hiperurbanização, ou ao crescimento incessante da mobilidade no planeta, entre muitos outros; é dentro desse quadro que deve ser entendida a relação entre património e sustentabilidade. Fazendo eco destas preocupações, este número da RP reúne no seu Caderno um conjunto de artigos que abordam essa relação em diferentes perspetivas, projetando pistas para um futuro: uma reflexão sobre o sentido mais profundo das mensagens deixadas pelo Ano Europeu do Património Cultural 2018, na linha da Convenção de Faro sobre o valor do património cultural para a sociedade; noutro artigo, os desafios urgentes à ideia de um património em mutação, apontando pistas de transformação para manter a centralidade do património enquanto contributo para a sustentabilidade; a introdução ao «*Loccmetro*», *gadget* imaginário que nos conduz à reflexão sobre a nossa ligação aos lugares e ao património, onde se produz a apropriação simbólica que nos torna decisores responsáveis pelo mundo que nos rodeia; as profissões do património e a sua sustentabilidade, uma detalhada reflexão decorrente do trabalho efetuado no âmbito dos Planos de Cultura da Comissão Europeia; no âmbito do turismo cultural sustentável, projetos desenvolvidos na Finlândia, Irlanda e Portugal, no triângulo turismo, comunidades locais e património, mostrando que a chave de conexão entre sustentabilidade social, ambiental e económica é a sustentabilidade cultural; os museus e a sua íntima relação com a sua sustentabilidade são objeto de uma reflexão referida à realidade

francesa, falando-nos de instituições culturais comprometidas que justificam a sua sustentabilidade através da preservação, da apresentação científica e da valorização dirigida a todos os públicos; por último, a investigação e a inovação no domínio da cultura e do património cultural são abordados no quadro da Agenda de Investigação e Inovação 2030 dedicada a este tema.

Pensamento traz-nos três temas: primeiro, uma referência a uma singular tipologia do património dinâmico, o património ferroviário, numa emotiva perspetiva pessoal, evidenciando a sua complexidade; de seguida, e como refere o seu autor, uma proposta de roteiro de observação e estudo do mobiliário contemporâneo, percorrendo as diferentes fases da vida dos edifícios e dos seus móveis, procurando um retrato diacrónico, ponto de partida para a sua valorização patrimonial, e, por último, uma reflexão em torno do tema dos critérios e metodologias aplicados na reconversão de usos de espaços de culto católico em Portugal.

Em Projetos são apresentadas sete reflexões em áreas bem distintas: a intervenção de recuperação e restauro das fachadas do Teatro Nacional São João, no Porto; a requalificação do Lu.Ca – Teatro Luís de Camões, em Lisboa; o ensino do reuso de edifícios modernos, envolvendo estratégias de projeto colaborativas e inclusivas, através de um caso no âmbito do projeto Reuse of Modernist Buildings; a cor e o seu projeto na conservação do património urbanístico; a recuperação do edifício da Real Vinícola, em Matosinhos, e a sua refuncionalização; a remodelação de armazéns para a instalação do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática em Xabregas, Lisboa, e uma reflexão acerca dos riscos em património construído, estudos desenvolvidos pelo LNEC no domínio dos sismos, da agitação e galgamento costeiro e dos incêndios florestais.

Opinião introduz-nos uma reflexão acerca da arquitetura, da cidade e do neoliberalismo, tendo como ponto de partida a exposição *Public without Rhetoric*, que representou Portugal na 16.ª Bienal de Arquitetura de Veneza.

Por último, em Sociedade, duas reflexões: uma em torno da relação entre a fotografia, a arquitetura do território e as ligações surpreendentes e inusitadas que permite descobrir, e outra, o testemunho da exposição «Físicas do Património Português – Arquitetura e Memória», evidenciando, como refere o autor, a interseção estrutural da «arquitetura portuguesa» nas suas várias emanções e contradições, com as práticas e o debate patrimonial.

Manuel Lacerda, diretor da RP

Índice

património e
sustentabilidade

6

**Uma prioridade
para sempre**

Guilherme d'Oliveira Martins

12

Do Novo no Património

José Tavares

18

**«Loccimetro»:
uma metáfora para
a reinvenção do lugar**

Rosário Oliveira

26

**Profesiones del patrimonio
y sostenibilidad:
preparación competencial
y ética, cooperación
y compromiso social**

Ana Galán Pérez

36

**Turismo cultural
sustentável: não separar
o que é inseparável**

Anne Grady
Lúcia Saldanha

44

**Museus sustentáveis –
Museus do amanhã:
perspetivas de futuro**

Marie-Christine Labourdette

54

**A arqueologia em
Portugal: do passado
recente aos desafios
que o futuro coloca**

João Pedro Cunha Ribeiro

62

**Breves apontamentos
sobre a Agenda de
Investigação e Inovação
2030 «Cultura e
Património Cultural»**

Conceição Lopes
António Candeias

pensamento

70

**Arquiteturas
marginadas II: o meu
«comboio elétrico»**

Paulo Pereira

78

**Património móvel
contemporâneo:
(re)conhecimento
e salvaguarda**

João Paulo Martins

88

**«Como pode
[um homem] nascer de
novo, sendo velho?»**

João Luís Marques

projetos

98

**As fachadas do
Teatro Nacional
de São João, no Porto**

Ângela Melo

106

**Um teatro para
Jacques Tati**
Ana Vaz Milheiro

114

**O ensino do reúso
de edifícios modernos
e o projeto participado**
Gonçalo Canto Moniz

122

**A cor e o seu projeto
na conservação de
património urbanístico**
José Aguiar
João Pernão

130

**A recuperação do
edifício da Real Vinícola
em Matosinhos**
Guilherme Machado Vaz

138

**Remodelação de
armazéns para instalação
do Centro Nacional
de Arqueologia Náutica
e Subaquática, Lisboa**
João Carlos dos Santos

146

**Avaliação e mitigação
dos riscos em património
construído: risco sísmico,
de galgamento costeiro
e de incêndios florestais**
Helena Cruz
João Lutas Craveiro
Conceição Juana Fortes
Alexandra Carvalho

opinião

156

**Rhetoric without Public:
arquitetura, cidade,
neoliberalismo**
Pedro Levi Bismarck

sociedade

162

**Arquitetura sublimada:
a construção da fotografia**
Duarte Belo

172

**Expor a reabilitação
do património no Museu
de Arte Popular**
Jorge Figueira

acontece

182

abstracts

195

N.º 6 – NOV. 2019

Diretora-Geral do Património Cultural
Paula Araújo da Silva

Produção editorial
Direção-Geral do Património Cultural – Divisão de
Documentação, Comunicação e Informática

Diretor
Manuel Lacerda

Coordenação editorial
Deolinda Folgado

Tradução/Abstracts
Cintia Sousa

Colaboraram neste número

Alexandra Carvalho
Ana Galán Pérez
Ana Vaz Milheiro
Anne Grady
António Candeias
Ângela Melo
Conceição Juana Fortes
Conceição Lopes
Duarte Belo
Gonçalo Canto Moniz
Guilherme d'Oliveira Martins
Guilherme Machado Vaz
Helena Cruz
João Carlos Santos
João Luís Marques
João Lutas Craveiro
João Paulo Martins
João Pedro Cunha Ribeiro
João Pernão
Jorge Figueira
José Aguiar
José Tavares
Lúcia Saldanha
Marie-Christine Labourdette
Paulo Pereira
Pedro Levi Bismarck
Rosário Oliveira

Colaboraram na secção Acontece
Ana Alcoforado (AA), DGPC/MNMC
Ana Catarina Parada (ACP), DGPC/DDCI
Ana Cristina Araújo (ACA), DGPC/DEPOF
Ana Pagará (AP), DGPC/MA
Ângelo Silveira (AS), DGPC/DEPOF

António Faria (AF), DGPC/DDCI
Carla Lopes (CL), DGPC/DDCI
Clara Camacho (CC), DGPC/DMCC
Clara Mineiro (CM), DGPC/DEPOF
Fátima Roque (FR), DGPC
Humberto Rendeiro (HR), DGPC/MMC
Isabel Melo (IM), DGPC/PN
Jorge Alves (JA), DGPC/DDCI
Lúcia Saldanha (LS), DGPC/MNAC
Manuel Lacerda (ML), DGPC/DDCI
Margarida Donas Botto (MDB), DGPC/DDCI
Maria José Tavares (MJT), DGPC/PNA
Maria Ramalho (MR), DGPC/DPIMI
Paula Figueiredo (PF), DGPC/DPIMI
Paula Noé (PN), DGPC/DPIMI
Paula Tereno (PT), DGPC/DPIMI
Paulo Costa (PC), DGPC/MNE
Sandra Vaz Costa (SVC), DGPC/DDCI
Teresa Albino (TA), DGPC
Teresa Mourão (TM), DGPC/DMC

Design gráfico
Jorge Silva/Silvadesigners

Revisão de texto
Imprensa Nacional–Casa da Moeda, S. A.

Pré-impressão e impressão
Imprensa Nacional–Casa da Moeda, S. A.

Distribuição
Imprensa Nacional–Casa da Moeda, S. A.

Edição
Direção-Geral do Património Cultural
Imprensa Nacional–Casa da Moeda, S. A.

ISSN
2182-9330

Depósito legal n.º
365 161/13

N.º de edição
1023418

RP – Revista Património
Publicação da DGPC – Direção-Geral
do Património Cultural
Palácio Nacional da Ajuda
1349-021 Lisboa
Tel: +351 213614336
Email: dgpc@dgpc.pt
www.patrimoniocultural.gov.pt

Os artigos da RP – Revista Património são da
exclusiva responsabilidade dos respetivos autores,
e não refletem, necessariamente, o ponto de vista
da direção da publicação ou da DGPC.

© RP/DGPC

© Textos e imagens DGPC e respetivos autores

Imagens de capa e contracapa
retiradas dos artigos constantes
desta edição da Revista.

N I M P R E N S A
N A C I O N A L



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

PATRIMÓNIO
CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural



Uma prioridade para sempre

Guilherme d'Oliveira Martins
Coordenador Nacional do Ano Europeu do Património Cultural 2018



O Ano Europeu do Património Cultural não celebrou apenas um acervo europeu, uma identidade europeia ou um passado exclusivo. Falar de património cultural é falar de uma noção comum, universal, capaz de unir a humanidade e de criar condições para uma verdadeira cultura de paz, que a UNESCO tem proclamado. Estamos no centro do culto saudável das humanidades. Este Ano Europeu situou-se na linha do que defende a Convenção de Faro, sobre o valor do património cultural na sociedade contemporânea (2005). Não se está a tratar de uma identidade europeia, fechada sobre si mesma, sucedâneo de identidades nacionais. O fundamental é a referência ao património cultural, como realidade dinâmica e humanista.

Recorde-se o que diz a Convenção de Faro: «O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo» [artigo 2.º, alínea a)]. E não esqueçamos entre os objetivos deste instrumento do Conselho da Europa: «a preservação do património cultural e a sua utilização sustentável», tendo por objetivo «o desenvolvimento humano e a qualidade de vida» [artigo 1.º, alínea c)], bem como a adoção das «medidas necessárias à aplicação do disposto na presente Convenção no que se refere ao papel do património cultural na edificação de uma sociedade pacífica e democrática, bem como no processo de desenvolvimento sustentável e de promoção da diversidade cultural» [alínea d)].

É a prioridade à cultura que está em causa, compreendendo-se esta ligada à educação e à ciência. Falamos do mundo da vida, das raízes, das aspirações, das atitudes e dos valores — do que recebemos e do que legamos. Eis por que razão quando Palmira foi destruída parcialmente na Guerra da Síria, quando o diretor do centro arqueológico foi assassinado, como quando qualquer parcela da humanidade e da sua cultura são atingidos é o património cultural no seu todo que está em causa. Não são os produtos do passado que devem ser repetidos — importa, sim, que o passado constitua uma base para compreender melhor o presente e para lançar as

→
Torre operária.
Monumento à Terceira
Internacional, Vladimir
Tatlin, maquete.



Do Novo no Património

José Tavares

Nova School of Business and Economics, Universidade Nova de Lisboa

O mundo fez-se mudança. O capitalismo tornou-se artista, quase boémio, adotou vários impulsos cosmopolitas que eram monopólio da cultura e das artes. Este cosmopolitismo turista e *kitsch* coloca desafios urgentes à ideia de património, que está em mutação. Neste artigo proponho um contexto e três pistas de transformação para manter a centralidade do património enquanto contributo sustentável à cultura, ou seja, atividade relevante em acutilância e atualidade. Para perseverarem, as atividades próximas do património precisam de abraçar proteção e transação, verdade e vítimas, construção e invisibilidade, figuras heroicas e nomes dos anónimos, precisam de invocar o pluralismo e os consensos, integrar as crises e a permanência.

Do Novo

O mundo muda, uniformiza-se e diversifica-se. Por um lado, o mundo globalizado transporta a sensação de que «aqui é como noutros lugares», de que estamos sempre aqui, em qualquer lugar¹. A curiosidade e o abraço tolerante ao distante e ao diferente desvaloriza o local e o histórico. A estética preenche os interstícios do comércio e uma *Camelot kitsch* ergue um mundo sem sabores, numa barbárie que anestesia o sensível e enfeia a terra inteira². Mas, por outro lado, os mercados da sensibilidade multiplicam as imagens, os produtos, as paisagens, os espetáculos. A abundância e a diversidade atenuam a consideração pausada do coletivo e do único. Chegámos à terceirização feliz, somos quase netos da indústria e entendemos os riscos e as alegrias do temporário e das transformações. A velocidade e a aceleração tomaram conta do mundo e da história.

Na sua melhor encarnação, o património é aquilo que decidimos que merece sobreviver às catástrofes e aos conflitos, à prosperidade, às revoluções e às lutas de classe, à juventude e ao diferente³. Apesar de algumas transformações titubeantes, a ideia de património ainda se cerca de um fascínio pelos bens, pela sinceridade das manifestações, cultos e tradições populares, o incontestável do ancestral e do histórico, a reiteração do importante e do único, do durável e do representativo. Enfim, do passado. O que é preciso preservar, transmitir e legar às gerações vindouras.

O conceito de património arrasta uma longa cauda de significados que ainda hoje se associam ao construído que se quer permanente, ao instituído por autoridade, pública ou coletiva, ao intemporal e elevado, ao abençoado espiritualmente, ao visível imbuído da magia agregadora dos melhores valores, ao edificado que redime as derrotas e oferece um significado teleológico para as vitórias. Tal como a antiga ideia de matrimónio, património é construção social, acumulação simbólica, conservadora e quase avarenta, um mecanismo público de validação do passado. O património é o agregador evidente das «comunidades imaginadas», fornece-lhes o sucedâneo de um lar e de uma verdade⁴. Sob a forma preponderante de nações, as comunidades imaginadas exigem factos palpáveis, estátuas e abrigos, ruínas de lares antigos que legitimem o comum e inspirem a tolerância interna, mesmo quando à custa da oposição ao estranho e ao estrangeiro. Contra a fragilidade e relatividade do indivíduo, o património é muitas vezes um sucedâneo do

grandioso que permanece, uma história em pedra e artefactos que une, sustém e conforta.

Um exemplo notável da sobrevivência do conservadorismo simbólico do património é a proposta de Monumento à Terceira Internacional, conhecido como a Torre de Tatlin, projeto de torre operária pensada por Vladimir Tatlin. Pensada como um símbolo de modernidade, esta Eiffel operária pretendia tornar a própria Torre Eiffel um objeto menor. 400 m de altura, várias estruturas geométricas giratórias, cubo, pirâmide, e cilindro, numa estrutura metálica claramente alusiva à Torre Eiffel. As dúvidas acerca da viabilidade da estrutura e a dramática falta de matérias-primas na Rússia revolucionária ditaram que o projeto permanecesse projeto. Apesar do imaginário operário e da ousadia estética, a Torre de Tatlin recolhe-se às referências mais tradicionais da construção patrimonial: o gigantismo, a altura, a exibição metálica, alguma inovação combinada com uma referência burguesa ao existente. Esta é ainda, e apesar de tudo, a velha linguagem patrimonial do reforço de referências simplificadas e do apelo evidente à coesão da comunidade.

O primeiro propósito do património não é seduzir mas unir simplificando o passado, narrando uma história puritana de permanência. Hoje, a lentidão e a imobilidade do conceito de património estão ameaçadas. A ética puritana e sedentária do capitalismo primitivo deu lugar a um espanto contínuo pelo presente cosmopolita, mais turístico que gregário. A estética de estátua cede o passo ao colorido do jogo e da novidade. Passámos à economia da experiência⁵. Mais importante que tocar património, hoje importa ver património. Ver de perto, de bastante perto, com uma definição de hiperfotografia. As tecnologias permitem ver até o que já não existe, possibilitam completar o incompleto e reerguer as ruínas. Os restos de civilizações, que admirávamos atrás dos vidros, somos hoje tentados a sobrevoá-los com a ajuda de um ecrã de computador ou telefone.

Entre o trabalho e o capital, o impulso de conservação do património está decididamente do lado do capital. Capital público, certamente, mas mesmo assim acumulação, proteção e conservação. A relação simbiótica entre conservação e conservadorismo, entre exposição e apologia, é alimento antigo da ideia de património. Nesse sentido, o imobilismo aparece como sugestivo de um capitalismo primitivo, agrário, um capitalismo da propriedade e do visível, em contraste com o novo capitalismo da troca e dos serviços. Da proteção ao fetiche, algo no instinto comunal de preservação do património



←
**Espelho Enterrado,
 Vietnam Veterans
 Memorial in
 Washington, D. C.**
 Hu Totya, Creative
 Commons.

→
**Memória e Gravidade,
 Memorial for
 Peace and Justice,
 Montgomery, Alabama.**
 Jud McCraine,
 Creative Commons.

é decididamente materialista. Algo disto é sombra das sociedades inseguras para as quais expor o mais físico da história e da identidade era uma forma de exorcizar o fantasma do seu possível desaparecimento. A consideração do patrimônio imaterial é naturalmente um avanço, filho da sociedade de serviços pós-moderna, ou pós-material. Mas será esse abraço do patrimônio ao imaterial suficiente?

A sustentabilidade final do patrimônio cultural exige vários pequenos exercícios de transformação, do físico ao imaterial e ao virtual, da massa ao indivíduo, do heroico ao anonimato dos nomes, do descanso da conservação à velocidade de transação e do prestígio da imobilidade à atualização sensata da verdade. Abaixo abordo três movimentos em particular, essenciais a qualquer manutenção da relevância da ideia de patrimônio. Faço-o por referência a transformações nas narrativas de monumento.

Do Novo no Patrimônio

Figuras e nomes

As grandes referências patrimoniais estão tradicionalmente associadas à figura do herói como vestígios felizes do passado das nações. A possibilidade de reconstruir figuras, fortificações, documentos seminais, está quase sempre presente. Talvez a 1.^a Guerra Mundial, acontecimento reconhecido instantaneamente como histórico e como trauma pelos seus contemporâneos, tenha exigido a primeira generalização de monumentos ao anônimo. Nascia a celebração do soldado desconhecido, desconhecido porque irreconhecível no seu descanso mortal, mas também desconhecido porque representativo dos muitos. Do nobre vencedor, nomeado e montado a cavalo, passava-se ao soldado apeado sem nome.

O memorial do Vietname é simbólico da vitória definitiva dos nomes sobre as figuras. Uma jovem americana de origem asiática, de 21 anos, ainda a licenciar-se em Arquitetura, venceria um concurso aberto com um desenho que se tornou

controverso pela combinação do negro do luto e da ausência de ornamentos. À sombra do monumento a Washington, símbolo dirigido ao céu, o memorial da Guerra do Vietname é um espelho enterrado. O visitante e o familiar descem do verde ao longo do negro tumular até onde todos os nomes dos mortos no conflito os aguardam, no exato lugar onde foram colocados pela realidade da guerra: alguns metros abaixo do solo. Esta magia dos nomes dos muitos repetir-se-á desde os nomes dos imigrantes chegados à Ellis Island, até ao monumento aos mortos na Guerra Colonial, em Belém. Da exaltação do passado do herói individual ao reconhecimento dos muitos e à estética da enumeração democrática de todos os participantes.

Verdade e vítimas

Na validação do patrimônio celebramos não apenas edifícios, objetos e ideias, mas construímos verdade. É a história que julga a história, a história julga sempre em causa própria. A história é sempre presente e o patrimônio prolonga esse presente com a ajuda de pedras que pensam: aqui foi um castelo, ali um combate, aqui nasceu uma nação. Muitas verdades históricas foram simplificadas, ajudadas pelo esquecimento sistemático das vítimas.

No recente Memorial for Peace and Justice, em Montgomery, Alabama, recordam-se as vítimas de linchamentos nos Estados Unidos. A abordagem é o nomear das vítimas, uma a uma, evocadas pelo peso óbvio de uma sucessão de blocos suspensos, metáfora dos fins definitivos dos esquecidos da história. Não há heroico, não há celebração, há a novidade da memória e um novo significado. Do coletivo nacional enquanto vítima ocupou-se muitas vezes o patrimônio, na sua função social de terapia e exorcismo. Hoje o patrimônio constrói-se à volta das vítimas menos espetaculares, não já das batalhas mas dos linchamentos, não já soldados feridos, mas mulheres, emigrantes e imigrantes, os esquecidos que reclamam não apenas um lugar no espaço público mas o lugar de protagonistas na reescrita da memória.



↑
Onde está o Khan?
Mongólia Landscape.
Tiarescott. Creative
Commons.

Construção e invisibilidade

O património apoia-se ainda numa imodéstia empírica sem paralelo, a imodéstia da ruína e do edificado. A pedra no centro da praça, o herói no pedestal, acima das nossas cabeças, armado e a cavalo, o castelo forte, o palácio luminoso, a sumptuosa verdade dos túmulos, até a paisagem familiar, que aparenta ser a preferida de Deus. A ousadia construída legitima a ideia de valor, atesta o prestígio dos antepassados e valida os poderes presentes. Nesse sentido, o património construído, mesmo aquele apenas construído mentalmente, é naturalmente conservador, mesmo que por vezes contra a sua melhor vontade. Nessa função de legitimação do poder que hoje pode, o património acha-se hoje em competição com a grande arquitetura dos *ateliers* internacionais, contratados por autocracias emergentes e endinheiradas. A mesma força do construído emana agora do obviamente novo e criativo.

E, no entanto, regista-se um impulso irresistível para o imaterial, o invisível, o virtual. A tecnologia e a curiosidade concorrem as duas para acrescentar valor patrimonial ao que escapa ao concreto. Este impulso para o invisível está curiosamente presente na sepultura de Genghis Khan, em local desconhecido, um desconhecimento acarinhado pelos próprios mongóis, que cultivam a invisibilidade do líder contra a tradição patrimonial do achamento e desenterramento. Há melhor monumento para um nómada que a sua invisibilidade? A muito baixa densidade do território e a grandiosidade da paisagem transformam-se assim no monumento genérico que testemunha a presença, algures, do ícone nacional.

Numa concessão ao contemporâneo e ao *kitsch*, assistiu-se a uma tentativa de recentrar a admiração pela figura histórica pela ereção, numa planície mongol, de um gigantesco monumento dourado onde um Khan a cavalo, de cetro na mão, sobre um domo de vários andares cercado por colunas, marca o centro de um círculo de caminhos irradiantes. Afinal, o regresso ao estereótipo da monumentalidade. No fim, onde está o Khan? Sabemos que o Khan não está aqui.

NOTAS

1. V. SLOTERDIJK: 2008.
2. V. LIPOVETSKY; SERROY: 2014.
3. V. TAVARES: 2012.
4. V. ANDERSON: 2012.
5. V. TAVARES: 2014.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict – *Comunidades Imaginadas – Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70. 2012.
- LIPOVETSKY, Gilles e SERROY, Jean – *O Capitalismo Estético na Era da Globalização*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- SLOTERDIJK, Peter – *Palácio de Cristal – Para Uma Teoria Filosófica da Globalização*. Lisboa: Relógio D'Água, 2008.
- TAVARES, José – Crise, Cólera e Liberdade. *Revista XXI – Ter Opinião*, 2012. <https://www.ffms.pt/artigo/380/crise>.
- TAVARES, José – *Cultura e Desenvolvimento – Um Guia para os Decisores*. Secretaria de Estado da Cultura, 2014. <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/1361328/20140306%20Estudo%20Cultura%20Desenvolvimento%20Economico.pdf>.

PATRIMONIO CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural

N IMPRENSA NACIONAL

